

# **MEDIDAS PROTETIVAS**

**A (DES)NECESSIDADE  
DO INQUÉRITO POLICIAL**

***Adriana Patrícia  
Cortopassi Coelho***



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2018, Adriana Patrícia Cortopassi Coelho.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Produtor Editorial**  
*Tales Leon de Marco*

**Capa, projeto gráfico**  
*Tales Leon de Marco*  
(Imagem por Dmitri Popov, via Unsplash)

**Diagramação**  
*Bárbara Rodrigues*

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização prévia  
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

COELHO, Adriana Patrícia Cortopassi.

Medidas protetivas: A (Des) necessidade do inquérito policial — Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia.  
ISBN: 978-85-8425-910-6

1. Direito. 2. Direito Penal. Título.

CDU343

CDD341.5

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



1132326

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b>	<b>15</b>
<b>LISTAS</b>	<b>17</b>
Lista de quadros	17
Lista de gráficos	17
Lista de mapas	18
Lista de abreviatuas e siglas	18
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>21</b>
<b>2. BEM JURÍDICO NO DIREITO PENAL</b>	<b>25</b>
2.1. Apontamentos históricos	29
2.1.1. Pré-iluminismo	29
2.1.2. Era das Luzes – O Iluminismo	30
2.2. Bem jurídico penal no direito germânico	33
2.2.1. Claus Roxin	34
2.2.2. Gallas	36
2.3. Bem jurídico penal da Lei Maria da Penha	37
2.3.1. As inovações trazidas pela lei Maria da Penha	44

2.3.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade	
4424 – Supremo Tribunal Federal .....	49
2.3.3. Natureza Jurídica das Medidas Protetivas .....	53
2.3.4. Estatísticas básicas de violência	
doméstica em Minas Gerais .....	60
2.3.4.1. Violência Física .....	61
2.3.4.2. Violência psicológica .....	61
2.3.4.3. Violência Sexual .....	62
2.3.4.4. Violência patrimonial .....	62
2.3.4.5. Violência Moral .....	62
2.3.4.6. Outras violências .....	63
2.3.5 Projeto de Lei da Câmara 07/2016 .....	69
<b>3. ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....</b>	<b>73</b>
<b>4. CONDIÇÕES DA AÇÃO – UMA</b>	
<b>PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>83</b>
4.1. Direito de Ação .....	83
4.2. Condições da ação .....	85
4.3. Legitimidade .....	86
4.4. Interesse de agir .....	87
4.5. Possibilidade Jurídica do Pedido .....	88
4.6. Condições da ação processual penal .....	90
4.6.1. Prática de fato aparentemente criminoso .....	90
4.6.1. Punibilidade Concreta .....	92
4.6.2. Legitimidade de Parte .....	92
4.6.3. Justa causa .....	93
4.7. Condições específicas da ação penal .....	94
4.8. Novo Código de Processo Civil:	
reflexões no direito processual penal .....	95

**5. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE ..... 97**

5.1. Questões Gerais sobre o Princípio da Proporcionalidade .....	97
5.1.1. O subprincípio da adequação.....	100
5.1.2. O subprincípio da necessidade.....	102
5.1.3. O subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito.....	103
5.2. Princípio da proporcionalidade e a Constituição	104
5.3. Princípio da Proporcionalidade no Direito Penal	105
5.3.1. Princípio da Adequação no Direito Penal.....	108
5.3.2. O princípio da necessidade no Direito Penal	109
5.3.3. Princípio da proporcionalidade em sentido estrito no Direito Penal.....	110

**CONCLUSÃO ..... III****REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 115**